

Notícias Sindicais, 21/07/14

Diap, 21/07/14

Publicado índice de representatividade das centrais sindicais

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), na edição de sexta-feira (18/07), o índice de representatividade das centrais sindicais do Brasil

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), na edição de sexta-feira (18/07), o índice de representatividade das centrais sindicais. A aferição é prevista pela Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, que reconhece legalmente as centrais sindicais como entidades de representação dos trabalhadores.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulga anualmente a relação das Centrais Sindicais que atendem aos requisitos conforme o artigo 2º da Lei, indicando seus índices de representatividade.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) registrou índice de representatividade de 34,39% dos trabalhadores sindicalizados. Em seguida vem a Força Sindical (FS) com 12,59%; a União Geral dos Trabalhadores (UGT), com 11,92%; a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), com 9,33%; e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), com 8,01%.

Entre as atribuições das centrais, especificadas na Lei 11.648/2008, estão a coordenação da representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a elas filiadas e participação de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social de composição tripartite que discutam algo de interesse dos trabalhadores. A lei considera central sindical a entidade associativa de direito privado composta por organizações sindicais de trabalhadores.

Para assumir essas atribuições, as centrais deverão atender a alguns requisitos. Entre eles ter filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional.

Para ver a nota oficial: http://www.diap.org.br/images/representa_2014.pdf

Portal da CUT, 21/07/14

CUT continua sendo a maior e mais representativa central sindical do País

18/07/2014

Entidade representa 34,39% dos trabalhadores sindicalizados, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho

Escrito por: Secretaria Nacional de Organização da CUT

A Central Única dos Trabalhadores, após 30 anos de sua fundação, continua a ser a maior e mais representativa central sindical do Brasil, organizando e representando 34,39% dos trabalhadores sindicalizados, segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A entidade também se mantém como a maior da América Latina e a quinta maior do mundo.

Na publicação no Diário Oficial da União nesta sexta-feira (18), em segundo lugar vem a Força Sindical (12,59%), seguida da UGT (11,92%), CTB (9,33%) e Nova Central (8,01%). Essas são as centrais que atingiram 7% de representatividade nacional, índice mínimo exigido na Lei 11.648/08, que regulamenta o reconhecimento das centrais sindicais.

Para Jacy Afonso, secretário Nacional de Organização da CUT, a continuidade como maior central do País é de extrema importância, sobretudo devido as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho nos últimos anos. "É fundamental reconhecer nesse momento o resultado de um trabalho diário do movimento sindical cutista, que continua combativo e representando os trabalhadores desde à base até a negociação com o governo em defesa dos direitos da classe trabalhadora."

Atualmente, a CUT representa 24.062.754 trabalhadores na base, tem 7.890.353 de associados e 3.820 entidades filiadas.

Portal da CUT

Livro aborda causas do adoecimento dos trabalhadores químicos

18/07/2014

Publicação foi organizada pelo ex-presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, Remígio Todeschini

Escrito por: CNQ/CUT

Com uma importante trajetória no trabalho para combater os acidentes e contaminações nas indústrias químicas, o ex-presidente do Sindicato dos Químicos do ABC, Remígio Todeschini, está apresentando às entidades sindicais o livro "De que adoecem os trabalhadores químicos", organizado por ele enquanto pesquisador do Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília, em conjunto com vários autores, e lançado este mês pela Editora LTr.

A primeira parte da publicação traz um levantamento atualizado das doenças e acidentes no trabalho entre os químicos, rico em detalhes e com todos os números necessários para orientar o trabalhador, os sindicatos em luta e as empresas que se esmeram por proteger o trabalhador, tornando mais seguro o ambiente de trabalho.

Já a segunda parte retrata as grandes lutas que ocorreram no setor químico principalmente aqui no ABC, que ficou como referência nacional e até internacional.

"Recordando que os primórdios do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) nasceram nos químicos do ABC e na cidade de Diadema", lembra o autor.

Na entrevista abaixo, Remígio aborda a importância da publicação para a promoção de um trabalho mais saudável e leitura indispensável aos sindicalistas do ramo. Acompanhe.

Por que o senhor decidiu elaborar/organizar este estudo?

Remígio Todeschini: Na realidade esse estudo é a continuação do primeiro livro sobre o perfil dos trabalhadores químicos do Brasil e agora temos o perfil de doenças dos trabalhadores químicos. Surgiu de uma parceria entre o Sindicato dos Químicos do ABC - CNQ-CUT, Laboratório de Psicologia do Trabalho da UNB onde trabalhei como pesquisador em 2012 e o Conselho Nacional do Sesi, através do Jair Meneguelli que financiou esse estudo por mais de seis meses. Porém a pesquisa final foi complementada e se prolongou por mais de um ano. Essa pesquisa decorreu da experiência adquirida no trabalho desenvolvido como Diretor de Saúde Ocupacional do Ministério da Previdência. E, sem dúvida, essas pesquisas podem avançar para outras categorias profissionais.

Qual base de dados foi utilizada nesse levantamento, ele abrange todos os setores do ramo químico?

RT: Utilizamos toda a base de micro dados da Previdência Social, tanto dos químicos como um comparativo com outras categorias, já que há um termo de cooperação entre a UNB e o Ministério de repasse desses dados. São 60 milhões de sujeitos analisados por ano, e foram analisados 1.300.000 trabalhadores do setor químico, desde a mineração até a comercialização de produtos químicos, ou seja, os 27 setores que compõem essas mais diversas atividades. É importante que mais órgãos de pesquisa tenham acesso a esse banco de dados, para conhecer detalhamento o adoecimento de cada setor, de cada atividade econômica para que se possam desenhar políticas públicas e sindicais de melhoria das condições de trabalho.

Com base nesse estudo, podemos afirmar que os trabalhadores químicos estão adoecendo menos do que adoeciam há 20 anos?

RT: Em geral diminuíram as mortes e a gravidade dos acidentes, mas descobriram-se mais doenças que antes não apareciam, até porque a pesquisa é mais esmerada e não fica nos limites impostos pela legislação. Vemos que persiste o velho adoecimento e acidentes por traumatismo, principalmente no setor plástico e setor de cana de açúcar... Recordo que esta pesquisa tem abrangência nacional. Muitas das doenças foram pesquisadas numa centena de artigos científicos internacionais mostrando a evolução de doenças.

O câncer relacionado às contaminações continua vitimando os trabalhadores?

RT: Esperava-se que aparecessem mais casos de câncer do que em relação a outras categorias, mas o câncer entre os químicos é ligeiramente menor do que outras categorias, sabendo que muitos produtos químicos, ou mais de 65 milhões deles estão presentes em todas as atividades econômicas. Os químicos tiveram nestes últimos 30 anos uma série de lutas em que foram tomados mais cuidados na exposição aos produtos químicos. O setor de tintas evoluiu para tintas à base de água, em vez de solventes perigosos como o Benzeno, Tolueno e Xileno. A produção de cloro evoluiu para tecnologias sem uso de mercúrio. Isso tudo foi fruto das lutas que estão enumeradas neste livro, além da luta internacional levada pela CNQ para que tenhamos produtos químicos mais seguros. O livro relata as doenças de cada um dos setores, e as suas possíveis causas, além de dar pistas importantes para a continuação do trabalho de prevenção.

Como os interessados podem adquirir a publicação?

RT: O livro pode ser adquirido mediante pedido em diversas livrarias, mas o site de procura é o da LTR, a editora que editou, e pode ser adquirido no

link <http://www.ltreditora.com.br/lancamentos/de-que-adoecem-os-trabalhadores-quimicos.html>

Portal da CTB

Trabalhadores avançam em debates no Conselho de Relações de Trabalho

A reunião do Conselho de Relações do Trabalho realizada nesta quinta-feira (17), na sede do Ministério do Trabalho, em Brasília, foi marcada pelo avanço nas discussões da pauta trabalhista e por polêmicas. Coordenando a bancada dos trabalhadores até 2015, o secretário de Previdência e Aposentados, Pascoal Carneiro, não mediu esforços para deixar registrado o posicionamento da bancada em todos os itens da pauta.

Dentre os pontos polêmicos, segundo destacou Carneiro, está a Portaria 375, que subdelega a competência aos superintendentes regionais do trabalho e emprego para decidir sobre pedidos de autorização para o trabalho aos domingos e nos feriados civis e religiosos. A posição da bancada foi suspender essa portaria, "pois ela é muito ruim para os trabalhadores". A sugestão é que a portaria anterior volte a vigorar e paralelamente seja criado um Grupo de Trabalho, com trabalhadores, empregadores e Governo, para que, num prazo de 90 dias, se discuta uma nova portaria. A proposta foi aceita pelo secretário de Relações do Trabalho, Manoel Messias. "Esperamos uma portaria que melhore esse problema do trabalho aos domingos e feriados", frisou Carneiro.

Outro ponto polêmico foi a proposta do ministro do Trabalho, Manoel Dias, sobre o SUT (Sistema Único de Trabalho). A bancada dos trabalhadores formalizou um documento manifestando contrariedade à forma como o ministro está conduzindo o assunto. "Ficou certo que esse assunto seria discutido no Conselho de Relações do Trabalho, porém o ministro está reunindo entidades do movimento sindical, principalmente dos servidores públicos, dizendo que a proposta do SUT foi construída junto com as centrais sindicais, o que não é verdade", alertou Pascoal Carneiro. Segundo explicou, em nenhum momento as centrais opinaram sobre a proposta. "Nesse sentido, formulamos um documento, protocolamos para o ministro e pedimos que o documento seja incorporado na ata", ressaltou.

O grande problema detectado e exposto na reunião é que o ministro do Trabalho está discutindo o assunto açodadamente. "Desta forma, não interessa aos trabalhadores, não interessa ao país, porque se discute um assunto que acaba com o Condefat, que tem um patrimônio de R\$ 263 bilhões, um dinheiro dos trabalhadores. Não podemos discutir um patrimônio como este desta forma", frisou Carneiro. A proposta apresentada pela bancada dos trabalhadores, especialmente pela CTB, é que o SUT, se for para incorporar o Pronatec como forma de fornecer qualificação profissional e intermediação de mão-de-obra, seja melhor discutido nos fóruns tripartites. "Isso tem que ser debatido com tranquilidade, com muita naturalidade, com especialistas e que seja discutido no Conselho de Relações do Trabalho, não como o ministro vem encaminhando", registrou.

Apesar de não constar na pauta de convocação, a bancada dos trabalhadores cobrou a Aferição das Centrais. O secretário de Relações do Trabalho informou que o ministro assinou a portaria que regulamenta a Aferição das Centrais Sindicais na quinta-feira (17). Os índices foram os seguintes: CUT 34,39%, Força Sindical 12,59%, UGT 11,92%, CTB 9,33%, Nova Central 8,01%. As demais centrais não adquiriram índice de 7%. Portanto, explicou Carneiro, tem participação hoje no Conselho, nos fóruns tripartites e nas discussões com o Governo as que alcançaram o índice. O ministro Manoel Dias vai convocar uma reunião com os presidentes das Centrais e com o Grupo de Trabalho de Aferição, em 30 dias, para discutir uma nova portaria, modificando a Portaria 194, para tornar automática a distribuição do imposto sindical. "Eu acho que isso vai ser um grande avanço para as centrais sindicais", destacou.

Conselho - O Conselho de Relações do Trabalho, instituído pela Portaria nº 2092, tem natureza orientadora, com a finalidade de promover a democratização das relações do trabalho e o tripartismo, o entendimento entre trabalhadores, empregadores e Governo Federal a respeito de temas relativos às relações do trabalho e à organização sindical e fomentar a negociação coletiva e o diálogo social.

O Conselho deve apresentar estudos e subsídios com vistas à propositura, pelo MTE, de anteprojetos de lei e normativas que versem acerca de relações de trabalho e organização sindical; propor diretrizes de políticas públicas e opinar sobre programas e ações governamentais no âmbito das relações de trabalho e organização sindical; pronunciar-se sobre outros assuntos que lhe sejam submetidos pelo Ministro do Trabalho, no âmbito das relações de trabalho e da organização sindical; e auxiliar o MTE nas discussões acerca das categorias sindicais, bem como na discussão dos assuntos relacionados às relações do trabalho de modo geral.

De Brasília - Ludmila Machado - Portal CTB

Portal da CTB

Ensino particular precisa ser regulado e fiscalizado, diz dirigente da CTB

O Ministério da Educação (MEC) publicou no "Diário Oficial da União" na segunda-feira (14) o descredenciamento de 27 instituições de ensino superior particulares que não cumpriram as determinações exigidas pelo MEC para manter o ensino com qualidade, além de vários outros problemas, inclusive, de ordem econômica como o atraso de salários de funcionários. "O descredenciamento é a finalização de um processo que se estende por 1 ano", diz Madalena Guasco Peixoto, dirigente da CTB e coordenadora-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

Ela explica que tudo começa com diligências efetuadas pelo MEC com as quais se apresenta um diagnóstico e depois ocorre a tentativa de acordo entre a instituição e o ministério. "Acontece

que as mantenedoras desrespeitam esse acordo e as suas entidades mantidas acabam sofrendo as sanções”, revela. Após o credenciamento as instituições têm 30 dias para recorrer ao Conselho Nacional de Educação.

As escolas são obrigadas a entregar os documentos necessários para os alunos participarem do Processo de Transferência Assistida, criado pelo MEC para não deixar ninguém sem vaga. As universidades para as quais eles forem encaminhados devem oferecer condições idênticas às da escola punida. “Na verdade esse é um paliativo que o MEC criou para não deixar os estudantes sem escola. Porém, para resolver o imbróglio de maneira definitiva é necessário regulamentar o ensino superior privado no país e, nos casos de credenciamentos, responsabilizar os empresários criminalmente”, ressalta Madalena.

Após muita luta da Contee as instituições que ganham o direito de matricular esses alunos ficam também com a “obrigação de assumir os docentes e trabalhadores das universidades credenciadas”, garante. Mesmo assim, acentua Madalena, “os educadores têm que buscar via judicial os pagamentos atrasados. Mas antes era ainda pior. Ficávamos sem os salários atrasados e sem o emprego também”, sintetiza.

Por isso, a Contee defende a criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes) para regular e fiscalizar o funcionamento das instituições de ensino superior privadas. “Os empresários da educação são contra a criação dessa autarquia, mas o Estado tem se mostrado frágil na regulação e nos mecanismos de fiscalização do ensino superior privado”, revela Madalena. “Então a Contee tem lutado para criar o Insaes para executar essa tarefa”, define.

[Veja aqui a lista das instituições credenciadas desta segunda-feira:](#)

Instituto de Educação Superior São Francisco de Assis de Teófilo Otoni
Faculdade de Engenharia e Tecnologia do Instituto Mariporã de Ensino Superior
Faculdade Católica Dom Aquino de Cuiabá
Faculdade de Espírito Santense de Ensino Tecnológico
Faculdade de Letras de Nova Andradina
Escola Superior de Estatística da Bahia
Escola Superior de Estudos Empresariais e Informática
Faculdade Paulista de Ciências Aplicadas
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Tatuí
Faculdade Tecnológica Consultime – Fatec
Faculdade de Ciência, Letras e Educação do Noroeste do Paraná
Faculdade de Milagres Ceará
Faculdade de Tecnologia Contec
Instituto Brasiliense de Tecnologia e Ciência
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco – Faupe
Escola Superior de Educação Física de Muzambinho – ESEFM
Faculdade de Assuntos Acadêmicos e Científicos Monsenhor Edison Vieira Lício
Faculdade de Administração de Campina Verde – Facav
Faculdade de Turismo de Nova Andradina – Fatur
Faculdade de Administração de Santo Antônio do Monte – Fasam
Faculdade Metropolitana
Instituto Superior de Educação Coração de Jesus – Isecj
Faculdade de Administração de Nova Andradina – Fana
Instituto Superior de Educação Berlaar – Iberlaar
Instituto Unificado Europeu do Brasil – IuneBrasil
Conservatório de Música de Niterói
Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia - FACCEBA

Portal da CUT

Movimentos de solidariedade à Palestina comemoram fim do acordo da Sabesp com empresa israelense

18/07/2014

“Nossa luta é para derrubar todos os contratos com quem financia o genocídio e a limpeza étnica”, afirma BDS

Escrito por: Leonardo Severo

O movimento Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) contra Israel comemorou nesta semana o fim do “Memorando de entendimento” assinado em 2009 pela Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) com a empresa israelense Mekorot.

Conforme a ativista Maren Mantovani, da coordenação do BDS, “esta é uma demonstração de que é possível derrubar todos os contratos de empresas públicas que financiam o genocídio e a limpeza étnica na Palestina”.

“A Mekorot tem sido responsável por violações e discriminações no direito à água desde a década de 1950, quando construiu a rede nacional de água israelense, desviando o rio Jordão da Cisjordânia para abastecer as comunidades israelenses. Trabalhando em estreita parceria com o exército israelense”, denuncia Maren, “a empresa pratica uma política de apartheid, confiscando tubos de irrigação dos agricultores palestinos e destruindo suas fontes de água e saneamento”. O resultado desta ação tem sido catastrófico: enquanto o consumo palestino nos territórios ocupados é de cerca de 70 litros diários por pessoa – bem abaixo dos 100 litros recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – o consumo diário per capita israelense é de 300 litros.

“Esta decisão contra a Mekorot é uma vitória fundamental da mobilização dos movimentos de solidariedade liderados pela Frente em Defesa do Povo Palestino e MOPAT (Movimento Palestina para Todxs), com o apoio da CUT-Brasil, colocando o Brasil ao lado de países como Alemanha, Argentina, Austrália, Holanda, Inglaterra, Noruega Portugal e tantos outros onde o boicote ao apartheid israelense já tem efeitos claros sobre as políticas públicas dos governos”, assinala.

Diante desta realidade, sublinha a ativista, torna-se completamente inaceitável que recursos públicos continuem sendo utilizados para financiar ações que são “crimes de guerra, tipificadas na legislação internacional como crimes contra a Humanidade”. No caso do Rio Grande do Sul, exemplificou, o absurdo ultrapassa todos os limites, pois “há contratos de universidades com a empresa de tecnologia militar israelense, a Elbit Systems, que produz drones, os aviões não-tripulados que estão matando palestinos em Gaza”.

BREVE HISTÓRICO - Após uma reunião na Assembleia Legislativa de São Paulo, os movimentos de solidariedade à Palestina solicitaram ao deputado Carlos Giannazi que fizesse um requerimento à direção da Sabesp sobre o “memorando de entendimento” assinado com a Mekorot. Na oportunidade, foi feito um questionamento sobre a licitação e o histórico de violação de direitos humanos da empresa israelense. “O tempo passou, a pressão aumentou e veio a negativa da Sabesp. Agradecemos a todos os movimentos e organizações que estão nas ruas lutando solidariamente, promovendo boicotes, desinvestimento e sanções contra Israel”, concluiu Maren.

Portal do MST

Sem Terra se reúnem com representantes do governo para discutir ocupação da Araupel

Na noite desta quinta-feira (17), representantes do governo do Estado do Paraná se reuniram com lideranças do MST, na prefeitura de Rio Bonito do Iguaçu, para dialogar sobre a ocupação realizada na área da Araupel e evitar possíveis conflitos. Até o momento não foi expedida nenhuma liminar de reintegração de posse da área.

“O estado não quer o conflito em hipótese alguma, por isso o diálogo é a melhor forma de mediação. Há uma questão jurídica em que o estado precisa tomar posição”, disse o Major Carvalho, Coordenador de Mediação de Conflitos da Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

Carvalho disse ainda ter conhecimento do imbróglio político que está em questão e que, portanto, os órgãos competentes devem agilizar o processo.

Nesta sexta-feira (18) pela manhã, a secretaria de Secretaria de Segurança Pública do Paraná marcou uma reunião com representantes da Araupel. Às 10h, haverá uma nova reunião na prefeitura de Rio Bonito do Iguaçu com a participação de algum membro da coordenação de Direitos Humanos, do deputado federal Assis do Couto (PT - PR) e representantes do MST.

Para Bernardino Camilo, advogado do setor de direitos humanos, “a questão aponta que a Araupel é receptora de um título ilegal. A situação da ocupação não pode ser tratada como um caso de polícia, mais de 6 mil pessoas estão envolvidas, dentre elas crianças, idosos, portadores de necessidades especiais”, argumenta.

Segundo Camilo, a postura de diálogo precisa ser assumida para que não haja violação dos direitos humanos. “É necessário atender essa demanda com política pública, portanto é imprescindível o posicionamento do Incra com seriedade para mover esse processo.”

Entretanto, Camilo aponta para uma contradição em torno dessa questão, já que há um processo na Comarca de Cascavel que discute a posse da área, enquanto a justiça de Quedas do Iguaçu discute a reintegração de posse.

Apoio

O prefeito de Rio Bonito do Iguaçu, Írio de Rosso (PMDB), declarou apoio à luta dos Sem Terra. “Estou a favor do povo. As pessoas que estão no acampamento são trabalhadores de boa índole, pessoas que convivem e ajudaram construir o município, por isso, não haverá um conflito.”

Segundo Antônio Miranda, da direção nacional do MST, o principal objetivo das 3 mil famílias que realizaram a ocupação é denunciar à sociedade “a não legitimidade dos títulos da área da

empresa Araupel. As famílias assentadas da região foram solidárias ao acampamento, por isso, há mais de 6 mil pessoas trabalhando e ajudando a organizá-lo”, assegura.

Miranda ainda ressaltou que a Araupel pode retirar sua madeira que está na área – a empresa acusa os Sem Terra de quererem roubá-la -, “pois as famílias querem a terra para plantar comida e viver dignamente, e a Reforma Agrária é a solução para problemas estruturais do campo”.

Entenda o caso

Desde o último dia 1º de maio, milhares de famílias Sem Terra se organizam no lote de um agricultor do Assentamento Ireno Alves dos Santos, ao lado da área ocupada, onde construíram o Acampamento Herdeiros da Luta 1º de Maio.

A ocupação da Fazenda Rio das Cobras, da empresa Araupel - acusada de grilar essas terras - aconteceu na manhã desta quinta-feira por cerca de 3 mil famílias Sem Terra.

Agora, as famílias reivindicam a desapropriação da fazenda de cerca de 35 mil hectares para fins de Reforma Agrária.

Desde 2004, tramita na justiça uma ação promovida pelo Incra contra a Araupel.

Desde a abertura do processo, os Sem Terra já conquistaram dois assentamentos sobre as terras em disputa: o Assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu, e 10 de Maio, em Rio Bonito do Iguaçu.

A imissão de posse de ambas as áreas concedida pelo juiz responsável da Comarca de Cascavel foi dada sem que a empresa fosse indenizada, já que se apropriava ilegalmente da área.

No começo do mês, o Incra do Paraná formalizou o pedido de nulidade da área na 3ª Vara Federal de Cascavel, por existirem sérias dúvidas jurídicas sobre a legitimidade do título de propriedade por parte da empresa.

Organizado por Ernesto Germano